



PLANO DE TRABALHO Nº XX/XX DO TED Nº XX/20XX

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU/MGI
Nome da autoridade competente:	CAROLINA GABAS STUCHI
Número do CPF:	282.941.638-48
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria do Patrimônio da União do MGI

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	170011/0000 – SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU/MGI
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	170011/0000 – SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU/MGI

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
Nome da autoridade competente:	MARIO SANTOS MOREIRA
Número do CPF:	764.386.357-15
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	VICE-PRESIDÊNCIA DE AMBIENTE, ATENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE (VPAAPS)

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	254420 – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:	254479 - VICE-PRESIDÊNCIA DE AMBIENTE, ATENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE (VPAAPS)

3. OBJETO:

Implementar iniciativa de regularização fundiária de áreas da União ocupadas por comunidades tradicionais caiçaras e quilombolas na orla marítima e fluvial dos municípios de atuação do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, programa da Fiocruz em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais, por meio da instrução e acompanhamento de demandas de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), nos termos da Lei 9.636/1998, da Portaria 89/2010 da SPU e em alinhamento com o Programa de Democratização de Imóveis da União, instituído pelo Decreto 11.929/2024.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

META 1 - FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

1.1. Promover a formação de mobilizadores comunitários para apoiar na articulação e organização das comunidades aptas para a concessão de TAUS, incluindo a participação da equipe da SPU;

1.2. Realizar 14 reuniões municipais de mobilização com as comunidades interessadas em demandar outorga de TAUS, 2 por município de abrangência da atuação do OTSS (Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba, em SP; Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, no RJ);

META 2 - ARTICULAÇÃO EM REDE E FORTALECIMENTO DE PARCERIAS

2.1. Realizar 3 reuniões interinstitucionais com a equipe da SPU e rede de parceiros interessados, a fim de pactuar as estratégias de implementação da iniciativa. Entre os parceiros identificados, com os quais o OTSS já possui relação de colaboração: ICMBio, INCRA, MPF, DPU, Fundação Florestal, INEA, IPHAN, UFF, Unesp, MIR, MDA, MMAMC, Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras, Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras, Rurais, Quilombolas. No desenvolvimento das atividades, poderão ser identificados novos parceiros interessados.

2.2. Realizar 1 atividade de lançamento da proposta, no território, com a participação da equipe da SPU de Brasília e das superintendências estaduais de SP e RJ, parceiros institucionais, movimentos sociais e comunidades interessadas, como estratégia de visibilidade da iniciativa;

META 3 – APOIO TÉCNICO-POLÍTICO PARA COMUNIDADES

3.1. Apoiar as comunidades, em parceria com as superintendências da SPU nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, na instrução de processos administrativos para outorga de TAUS para as comunidades interessadas, bem como do dossiê de documentos exigidos, resultando na elaboração de, pelo menos, 45 pedidos de TAUS até 2026. A cooperação da SPU será especialmente importante na delimitação, caracterização e destinação dos pontos ou polígonos objetos da outorga de TAUS. Nesse processo, manteremos diálogo constante com a rede de parceiros e instituições interessadas;

3.2. Apoiar as comunidades, em parceria com as superintendências da SPU nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, na instrução de, pelo menos, 5 processos administrativos para outorga de TAUS Marinhos, ou seja, em áreas de espelho d'água, até 2026, contribuindo para a consolidação deste formato inovador de TAUS, que fortalece os territórios pesqueiros;

3.3. Fornecer apoio técnico-político para o acompanhamento dos processos administrativos até a conclusão da iniciativa, buscando garantir a outorga dos TAUS para as comunidades demandantes; em diálogo com a SPU, e a rede de parceiros e instituições envolvidas, a fim de buscar soluções para possíveis conflitos ou entraves aos processos;

META 4 - COMUNICAÇÃO E REPLICAÇÃO DA INICIATIVA

4.1. Elaborar relatório de experiências, destacando os desafios enfrentados ao longo do processo de instrução e acompanhamento dos processos administrativos, incluindo recomendações de alterações e aprimoramentos, a fim de facilitar o acesso ao instrumento do TAUS para regularização fundiária de áreas da União na orla marítima e fluvial, ocupadas por comunidades tradicionais;

4.2. Elaborar materiais educativos sobre o acesso ao TAUS como instrumento para regularização fundiária de áreas da União na orla marítima e fluvial, em linguagem acessível e adaptada às realidades das comunidades tradicionais.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A celebração do Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), subordinada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, justifica-se pela necessidade de fortalecer a regularização fundiária de áreas da União ocupadas por comunidades tradicionais caiçaras e quilombolas situadas na orla marítima e fluvial dos municípios abrangidos pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

A iniciativa visa implementar ações articuladas de instrução e acompanhamento de demandas de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), instrumento previsto na Lei nº 9.636/1998 e regulamentado pela Portaria SPU nº 89/2010, em alinhamento com as diretrizes do Programa de Democratização de Imóveis da União, instituído pelo Decreto nº 11.929/2024.

A Fiocruz, por meio do OTSS — que atua em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) —, possui reconhecida experiência na promoção de políticas públicas integradas à saúde, ao meio ambiente, à segurança alimentar e ao direito ao território de povos e comunidades tradicionais. Sua atuação, pautada em

metodologias participativas e em diálogo com os saberes tradicionais, tem contribuído para a valorização da sociobiodiversidade e a promoção da justiça social em territórios historicamente vulnerabilizados.

A celebração do TED permitirá unir expertises institucionais, contribuindo para a implementação de uma política fundiária mais inclusiva, territorializada e sustentável. Entre os resultados esperados, destacam-se:

- O fortalecimento da governança territorial das comunidades tradicionais da orla;
- A qualificação da instrução técnica de processos de destinação por TAUS;
- A articulação entre órgãos públicos e movimentos sociais;
- A produção de subsídios para a atuação da SPU no âmbito do Programa de Democratização de Imóveis da União.

A parceria reafirma o compromisso do Governo Federal com a gestão democrática do patrimônio público, com os direitos dos povos e comunidades tradicionais, e com a ampliação do acesso à terra e à segurança jurídica dos territórios ocupados de forma tradicional e sustentável.

Nesse diapasão, a Fiocruz, por intermédio da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), vem desenvolvendo, desde 2009, a abordagem de Territórios Sustentáveis e Saudáveis¹ na região da Bocaina, por meio de ações de promoção do desenvolvimento sustentável, da saúde e do Bem Viver em territórios tradicionais quilombolas, indígenas e caiçaras. Esse processo se consolidou a partir de 2013, com a implantação do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), experiência única e exitosa que une estratégias de uma instituição de ciência, tecnologia e inovação (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz) e de um movimento social (Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT) com o objetivo de propor e desenvolver projetos tecnopolíticos territorializados para a promoção de Territórios Sustentáveis e Saudáveis no contexto de povos e comunidades tradicionais.

Com cerca de 200 colaboradores acadêmicos e comunitários, o OTSS atua na produção e disseminação de conhecimento crítico a partir do diálogo entre saber tradicional e científico para o desenvolvimento de estratégias que promovam a defesa do território, sustentabilidade, saúde e direitos para o Bem Viver das comunidades tradicionais em seus territórios.

A crescente relevância do OTSS dentro da Fiocruz levou à instituição do Programa Bocaina (PORTARIA Nº 5578, de 14/08/2020), que, além de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ), Ubatuba (SP), expandiu a sua ação para outros quatro municípios: Mangaratiba (RJ), Caraguatatuba (SP), São Sebastião (SP) e Ilhabela (SP). Essa região está inserida no hotspot de biodiversidade da Mata Atlântica, com grande prioridade para conservação internacional, abrigando o segundo maior remanescente do bioma, com 85% da cobertura vegetal nativa conservada.

Para a gestão de um território tão extenso, o OTSS atua de maneira escalar, dividindo sua área de atuação em três unidades de gestão territorial, definidas de forma a facilitar a organização logística e a integração das ações e atividades:

- I) mesoterritório Rio de Janeiro, com os municípios de Mangaratiba e Angra dos Reis;
- II) mesoterritório Inter, com os municípios de Paraty e Ubatuba; e
- III) mesoterritório São Paulo, que abarca os municípios de Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Os mesoterritórios, por sua vez, são divididos em microterritórios de gestão de menor dimensão espacial, definidas principalmente a partir das relações históricas e sociais de troca e solidariedade entre comunidades tradicionais próximas.

Figura 1: Divisão mesoterritorial de atuação do OTSS



Nestes três mesoterritórios, o OTSS atua em cerca de 200 comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras nas áreas da promoção da saúde; justiça socioambiental; cartografia social; economia solidária; saneamento ecológico; agroecologia; turismo de base comunitária (TBC); pesca artesanal; salvaguarda da cultura e patrimônio; educação diferenciada; educação ambiental; enfrentamento de riscos e desastres; desenvolvimento e implementação de tecnologias sociais; articulação em redes nacionais e internacionais e monitoramento territorializado da Agenda 2030, em sinergia com os princípios do SUS.

Parte significativa das ações e atividades desenvolvidas pelo OTSS concentra-se nas comunidades tradicionais que integram a abrangência territorial que foi reconhecida em 2019 pela UNESCO como patrimônio do Sítio Misto de Paraty e da Baía da Ilha Grande. O sítio de Paraty e Ilha Grande é o primeiro patrimônio brasileiro inscrito na categoria de sítio misto (cultural e natural), abrange um território de quase 149 mil hectares e tem cerca de quatro áreas de conservação ambiental. Sua área de entorno, com mais de 407 mil hectares, possui 187 ilhas e é em grande parte coberta de vegetação primária, onde salta aos olhos a rica biodiversidade desse bioma, além da fauna e flora marinha. O Sítio apresenta valor universal excepcional por suas características naturais e culturais, sobretudo pelo intercâmbio das culturas indígenas, quilombolas e caiçaras e seus modos de vida sustentáveis na interação com o meio ambiente.

Historicamente, os três povos tradicionais enfrentam problemas comuns, em especial no que diz respeito às transformações impostas pelos impactos dos projetos desenvolvimentistas de grande porte na região como:

- I) grandes empreendimentos: duplicação de rodovias, estaleiros, usinas nucleares e a exploração do pré-sal;
- II) políticas relacionadas ao turismo predatório e de alto luxo que se articula fortemente ao capital fundiário e imobiliário que ameaça a perda de suas terras pela especulação imobiliária;
- III) restrições às práticas tradicionais, impostas por unidades de conservação sobrepostas aos territórios tradicionais;
- IV) dificuldades de acesso a serviços de saúde, educação, saneamento básico, e
- V) dificuldade de comercialização de produtos da agricultura, do artesanato, do extrativismo e da pesca;
- VI) invisibilidade e falta de equidade nas políticas públicas presentes no território. Caracteriza se, pois, como um território exposto a um grande processo de vulnerabilização socioambiental.

Para o enfrentamento desses problemas estruturais e desenvolvimento de políticas públicas territorializadas alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da promoção da saúde para os povos e comunidades tradicionais, o OTSS propõe, por meio deste TED, desenvolver a **Estratégia TAUS de regularização de territórios tradicionais**.

A defesa dos direitos territoriais é a principal bandeira de luta do Fórum de Comunidades Tradicionais, o que se explica pela concentração de conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais dos municípios de atuação do FCT e do OTSS. A iniciativa foca especialmente nas comunidades caiçaras, que, apesar de reconhecidas pelo decreto 6040/2003, não possuem até hoje um instrumento adequado para garantir a permanência em seus territórios, sendo constantemente pressionadas pela especulação imobiliária, grilagem de terra, e outros conflitos territoriais advindos da ausência de segurança e autonomia da posse e gestão de seus territórios.

Dessa forma, os Termos de Autorização de Uso Sustentável se apresentam como um instrumento adequado para apontar a solução destes conflitos territoriais, garantindo que estas comunidades permaneçam em seus territórios – em sua maioria, inseridos em áreas da União localizadas na orla marítima – e possam geri-lo de maneira autônoma e sustentável. Importante destacar que estas comunidades possuem um conhecimento ancestral de manejo e cuidado com seus territórios, sendo diretamente responsáveis pelos altos índices de conservação da sociobiodiversidade observados nos territórios em que ocupam.

Para o êxito da Estratégia TAUS, colocaremos à disposição nossa equipe de trabalho, que possui profundo conhecimento sobre os desafios do território e elevada capacidade técnica, em especial, os educadores e educadoras do Projeto Redes, programa de educação ambiental; os acúmulos de 15 anos de atuação neste território, em especial, de projetos desenvolvidos pelo OTSS, como o Projeto Povos de caracterização de comunidades tradicionais, cujos resultados servirão para embasar os pedidos de outorga de TAUS para as comunidades do território. Também trabalharemos em parceria com a Rede Marangatu, projeto financiado pelo CNPq, com enfoque na gestão costeira e marinha, que conta com a participação do OTSS.

Finalmente, é importante mencionar como fundamento de nossa atuação o fortalecimento de redes e parcerias, e a incidência política. Neste contexto, atualmente, a Coordenadora de Justiça Socioambiental do OTSS, Marcela Cananéa, a quem caberá a execução direta desta iniciativa, encontra-se como coordenadora da Câmara Técnica de Regularização Fundiária do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. O OTSS também desempenha papel de liderança da Câmara Temática de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais da Comissão Nacional de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ligada à Secretaria Geral da Presidência da República. Estas articulações servirão para fortalecer a iniciativa, e para garantir que os aprendizados desenvolvidos ao longo do projeto sirvam para inspirar aprimoramentos e inovações em políticas públicas de regularização fundiária e defesa dos direitos territoriais de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

☐ Sim

☒ Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

☒ Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

☒ Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

☒ Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

☐ Sim

☐ Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

I. 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento) para despesa operacionais administrativas;

II. 2% (dois por cento) para pagamento de ISS;

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1.1	Promover a formação de mobilizadores comunitários para apoiar na articulação e organização das comunidades aptas para a concessão de TAUS	Contratações e formações	7	67.200,00 (5.600x12m)	470.400,00	jul/2025	jul/2026
META 1.2	Realizar de 14 reuniões municipais de mobilização com as comunidades interessadas	Reuniões municipais	14	35.857,14	502.000,00	jul/2025	jul/2026
PRODUTO 1	Relatório de atividades dos profissionais contratados	Relatório final de atividades	7	0	0	jul/2025	ago/2025
PRODUTO 2	Relatórios das reuniões municipais	Relatório	14	0	0	jul/2025	ago/2025
META 2.1	Realizar 3 reuniões interinstitucionais com a equipe da SPU e rede de parceiros interessados, a fim de pactuar as estratégias de implementação da iniciativa	Reuniões	3	25.000,00	75.000,00	jul/2025	jul/2026
META 2.2	Realização de atividade de lançamento	Atividades	1	70.000,00	70.000,00	ago/2025	ago/2026
PRODUTO 1	Relatório das reuniões interinstitucionais	Relatórios	3	0	0	ago/2025	mai/2026
PRODUTO 2	Reportagem escrita e em vídeo repercutindo a atividade de lançamento	Reportagem	1	0	0	out/2025	out/2025
PRODUTO 3	Registro fotográficos da atividade	Registro fotográfico	1	0	0	out/2025	out/2025
META 3.1	Apoiar as comunidades, em parceria com as superintendências da SPU nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, na instrução de processos administrativos para outorga de TAUS para as	Contratações	4	8.600,00 (x12meses)	412.800,00	jul/2025	jul/2026

	comunidades interessadas						
META 3.2	Apoiar as comunidades, em parceria com as superintendências da SPU nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, na instrução de, pelo menos, 5 processos administrativos para outorga de TAUS Marinhos	Contratações	3	20.400,00 (x12 meses CLT)	244.800,00	jul/2025	jul/2026
META 3.3	Fornecer apoio técnico-político para o acompanhamento dos processos administrativos até a conclusão da iniciativa, buscando garantir a outorga dos TAUS para as comunidades demandantes	Serviços	1	30.000,00	30.000,00	jul/2025	jul/2026
PRODUTO 1	Dossiê de solicitação de TAUS, com a devida documentação juntada	Dossiês de documentação	50	0	0	jul/2025	jul/2026
PRODUTO 2	Relatório de trabalho dos profissionais contratados	Relatório final de atividade	7	0	0	jul/2025	jul/2026
META 4.1	Elaborar relatórios de experiências destacando os desafios enfrentados ao longo do processo de instrução e acompanhamento dos processos administrativos, incluindo recomendações de alterações e aprimoramentos.	Contratações	1	18.000,00	216.000,00	jul/2025	jul/2026
META 4.2	Elaborar Materiais educativos sobre o acesso ao TAUS	Serviços gráficos	10.000	10,00	100.000,00	jul/2025	jul/2026
PRODUTO 1	Cartilha sobre acesso a instrumentos de regularização fundiária de territórios ocupados por comunidades tradicionais em terreno da União	Impressão	10.000	0,00	0,00	jul/2025	jul/2026
PRODUTO 2	Relatório final com recomendações dirigidas à SPU e outras instituições, sobre possíveis aperfeiçoamentos do instrumento	Relatório	1	0,00	0,00	jul/2025	jul/2026

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Mes 1 08/2025	R\$ 212.100,00
Mes 3	R\$ 996.870,00
Mes 6	R\$ 848.400,00
Mes 12	R\$ 63.630,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039 - Contratação da Fundação de apoio para desenvolvimento em conjunto com a Fiocruz das Ações do Projeto	Não	R\$ 2.121.000,00

12. PROPOSIÇÃO

Documento assinado eletronicamente
MARIO SANTOS MOREIRA
Presidente da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

13. APROVAÇÃO

Documento assinado eletronicamente
CAROLINA GABAS STUCHI
Secretária do Patrimônio da União - SPU



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Gabas Stuchi, Secretário(a)**, em 13/08/2025, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Santos Moreira, Usuário Externo**, em 14/08/2025, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **52652303** e o código CRC **75068EB2**.